

CRISE DOS MERCADOS *Brazil*

Metas do ajuste são apresentadas ao FMI

51

Detalhes finais do acordo serão divulgados primeiro ao Congresso pelo presidente da República

WASHINGTON - O secretário-executivo do ministério da Fazenda, Pedro Parente, deve ficar na capital americana até amanhã, dia que o presidente Fernando Henrique Cardoso marcou para a equipe econômica aprontar o forte programa de saneamento das contas do setor público.

Não há data ainda para o anúncio do programa. Mas é certo que ele será feito pessoalmente pelo presidente da República e seu primeiro destinatário será o Congresso Nacional, do qual depende em grande parte a efetivação do plano fiscal, e não o Fundo Monetário Internacional (FMI), que já prometeu apoiar o esforço brasileiro coordenando uma linha de crédito de pelo menos US\$ 30 bilhões para o País.

Parente e os executivos que o acompanham passaram o sábado e o domingo em reuniões na sede do FMI. Hoje ou amanhã eles devem incluir na agenda contatos no departamento do Tesouro americano. A administração Clinton está empenhada na montagem do apoio internacional ao Brasil e opera com a premissa de que o contágio da crise financeira global precisa e pode ser contido antes de contaminar a economia do País. "A estabilidade e a prosperidade do Brasil são cruciais não apenas para a América Latina, mas para os EUA", disse várias vezes nas últimas duas semanas o secretário do Tesouro, Robert Rubin.

Nos dois dias iniciais, as conversas entre Parente e o FMI foram essencialmente técnicas. Elas giraram em torno dos principais números de elevação de receita e redução de despesas que o plano brasileiro prevê para produzir o saldo primário de 2,5% a 3% nas contas do setor público em 99 - o objetivo básico que o ministro da



Lindauro Gomes/AE

Parente: encontro com representante do Tesouro

FUNDO ESPERA ÊXITO PARA CALAR SEUS CRÍTICOS

Fazenda, Pedro Malan, acertou com o FMI há duas semanas. As negociações mais detalhadas sobre o plano ocorrem hoje e amanhã.

O secretário-executivo da Fazenda disse ontem ao Estado que só falará sobre sua missão em Washington se receber instruções de Brasília para fazê-lo. A cautela mostra que, desta vez, a apresentação do acordo com o FMI é vista como tão relevante quanto seu conteúdo. Duas vezes, em declarações recentes, o diretor-gerente do Fundo, Michel Camdessus, enfatizou a importância da autoria do programa fiscal e da responsabilidade por sua execução, afirmando que ambas pertencem ao Brasil.

O País tem uma longa tradição de não honrar as metas de política fiscal que negocia com o FMI. Desta vez, porém, tanto o governo quanto a instituição têm interesses concretos e imediatos em não repetir a história dos acordos fracassados. Com sua credibilidade seriamente abalada pelo insucesso das operações de resgate das economias da Coreia do Sul, In-

donésia e Rússia, que coordenou, o Fundo não se pode dar ao luxo de mais um desastre. Nesse sentido, depende tanto quanto o País de uma execução bem sucedida do programa fiscal que o governo está montando para diminuir o tamanho e aumentar a eficiência do setor público nacional, reduzir a dependência brasileira do capital externo e tornar a moeda menos vulnerável às turbulências do mercado de capitais.

O governo e o FMI concordam que a chave para o êxito do programa é

apoio político do Congresso. Daí a ênfase que o presidente do Banco Central, Gustavo Franco, deu ao papel que deputados e senadores terão na adoção do plano de ajuste fiscal. "Cortes (de gastos) e (aumento de) impostos são assunto que a sociedade deve decidir por meio de seus representantes no Parlamento", disse. "Os representantes do povo devem decidir se preferem cortar atividades, investimentos ou aumentar impostos (...) e, o impasse, tem de ser resolvido de alguma maneira".

O governo e o FMI parecem ter chegado ao entendimento de que maneira de resolver o impasse é concordar sobre os objetivos de uma política de saneamento fiscal no Brasil, entender-se sobre grandes medidas básicas que precisam ser tomadas e confiar que a ameaça de um cataclisma econômico e social convencerá os congressistas sobre os méritos do ajuste. Foi o que aconteceu com a dotação da verba de US\$ 18 bilhões dos EUA, que permitirá o aumento do capital do FMI e pode ajudar a restaurar a confiança do mercado. Ela foi finalmente acertada na semana passada, depois de ser bloqueada durante meses pelos líderes da maioria republicana, e deve ser votada esta semana.